



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
12ª Vara Federal de Curitiba

Avenida Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone:
(41)3210-1678 - www.jfpr.jus.br - Email: prctb12@jfpr.jus.br

**EXECUÇÃO PENAL PROVISÓRIA Nº 5014411-
33.2018.4.04.7000/PR**

EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CONDENADO: LUIZ INACIO LULA DA SILVA

DESPACHO/DECISÃO

1. No evento 244 juntou-se procuração outorgada por Luiz Inácio Lula da Silva para Fernando Haddad. No evento 253 juntou-se instrumento de substabelecimento com reserva da poderes de Cristiano Zanin Martins a Luiz Carlos Sigmaringa Seixas. No evento 292 juntou-se procuração outorgada por Luiz Inácio Lula da Silva a Gleisi Helena Hoffmann. No evento 293 juntou-se certidão emitida eletronicamente pela OAB/PR, relativa à inscrição de Gleisi Helena Hoffmann. No evento 294 juntou-se instrumento de substabelecimento com reserva de poderes de Gleisi Helena Hoffmann a Emidio Pereira de Souza.

1.1. No evento 278 o Ministério Público Federal manifestou ciência acerca dos documentos de eventos 244 e 253.

1.2. No evento 297 o Ministério Público Federal apresentou manifestação aduzindo em síntese: (i) que atendendo a requerimento do Ministério Público Federal, com a concordância da defesa, por questão de segurança, a execução está ocorrendo em cela especial localizada na sede da Superintendência da Polícia Federal no Paraná; (ii) que a análise da execução penal e de informações constantes de fontes abertas revela uma série de condutas praticadas pelo executado pessoalmente ou por meio de seus defensores constituídos que aparentemente não estão em consonância com os limites impostos pela Lei de Execução Penal e pelas regras ditadas pelo Juízo; (iii) que diversos fatos ocorridos seriam reveladores desse comportamento. Aponta um primeiro fato atinente ao aparente abuso do exercício da liberdade de expressão e de comunicação, afirmando: (i) que

o custodiado, por meios não devidamente esclarecidos, fez publicar no jornal italiano "La Repubblica" entrevista concedida ao jornalista Daniele Matrogiacomio; (ii) que segundo o jornal O Globo do dia 05/08/2018 a entrevista, aparentemente em burla às decisões do Juízo, contou com a participação de Gleisi Hoffmann, que secundou o Deputado Italiano Roberto Gualtieri e, ao que parece, foi concedida no dia reservado às visitas; (iii) que expressão utilizada pelo jornalista responsável denota que a fonte da notícia parece não ter sido um meio escrito, mas uma gravação de áudio em que é possível revelar preocupação com as palavras que foram ditas; (iv) que o próprio formato do texto, com perguntas e respostas, denota tratar-se de típica entrevista cujas perguntas foram adrede e previamente entabuladas, com transcrição das palavras ouvidas do entrevistado; (v) ainda não se tem notícia se essa entrevista passou pelo crivo da autoridade policial ou foi produzida de forma subreptícia em violação à lei e à determinação judicial em vigor. Refere como segundo fato a proliferação de advogados que estão juntando procuração aos autos da execução, todos eles parlamentares ou em postos de lideranças no Partido dos Trabalhadores. No ponto, sustenta (i) que desde o início da execução ocorreram pelo menos 05 (cinco) casos de juntada de procuração a parlamentares ou a políticos vinculados ao Partido dos Trabalhadores sem que, efetivamente, tenham se traduzido na defesa judicial do apenado (Emidio Pereira, Gleisi Helena Hoffmann, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, Fernando Haddad e Wadih Nemer Damous); (ii) que parece haver tentativa de ludibriar as regras fixadas para visita do encarcerado, possibilitando a visita em qualquer dia, desde que o visitante seja advogado; (iii) que a juntada de instrumento de mandato aos autos é para o exercício da defesa nos autos judiciais da execução penal e não para o exercício de atividade política, como aparenta; (iv) apenas é exercido o direito à visita do apenado, sem que ocorra a prática de qualquer ato ou petição ao Juízo nos autos da execução onde deve ser exercitada a ampla defesa; (v) que nem nos autos principais (ações penais e cautelares) tal juntada se fez; (vi) que a conduta revela abuso e não uso regular das prerrogativas do advogado; (vii) porque todas as procurações juntadas são de políticos, ainda que alguns não exerçam mandato legislativo, revela-se em análise perfunctória que as visitas não tem por objetivo a defesa judicial do apenado, mas possibilitar por ele a condução e intervenção no processo eleitoral, transformando a cela em comitê de campanha; (viii) que o cumprimento de pena em regime fechado não se coaduna com visitas para fins políticos; (ix) que o MPF e o Juízo já se manifestaram pela impossibilidade de advocacia concomitantemente ao exercício parlamentar; (x) que Gleisi Hoffmann está impedida do exercício da advocacia; (xi) que nos autos do Mandado de Segurança nº 5018366-23.2018.4.04.0000 foi

assegurada com limitação a visitação de Wadih Nemer Damous Filho, sendo que esse direito também comporta o regramento do Juízo da Execução a fim de evitar abusos. Indica como terceiro fato notícias de visitas de "caráter religioso" em dia e horário diverso da visitação comum. Menciona notícias atinentes a visitas de "Frei Beto", "Frei Leonardo Boff", "Monge Sato" e outros. Alega que, conforme referido nos eventos 166 e 196, tais visitas deveriam ocorrer na mesma data em que são realizadas as demais visitas. Requer seja oficiada a Autoridade Policial para que esclareça os fatos relatados e apresente lista de visitantes do custodiado, desde o seu encarceramento. Requer ainda o indeferimento da atuação como advogada nestes autos da Senadora Gleisi Hoffmann.

1.3. Analiso inicialmente os requerimentos relativos às procurações juntadas aos autos.

1.4. A procuração outorgada a Gleisi Helena Hoffmann (evento 292) e, por conseguinte, o substabelecimento de evento 294, em favor de Emidio Pereira de Souza, padecem de vício de nulidade, não possuindo o condão de produzir efeitos.

Conforme já fundamentado por este Juízo nas decisões de eventos 75 (item 7) e 161 (item 1), evidencia-se o impedimento de membro do Poder Legislativo Federal para o exercício da advocacia em favor do executado, condenado por crime contra a Administração Pública Federal e lavagem de dinheiro, inclusive com o dever de ressarcimento de danos causados em detrimento de sociedade de economia mista (Petrobrás), a qual também participou da ação penal na qualidade de assistente de acusação.

Reiteram-se os termos da decisão de evento 161:

Prevê o artigo 30, inciso II, da Lei n. 8.906/94:

Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia:

(...)

II - os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

A situação em análise subsume-se à hipótese de impedimento.

Trata-se de execução penal decorrente de condenação proferida nos autos de Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000/PR por crimes de corrupção passiva (art.

317, CP) e lavagem de dinheiro (art. 1º, Lei 9.613/1998), praticados no âmbito da Administração Pública Federal, em detrimento da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista. A empresa, inclusive, figurou como assistente de acusação na ação penal originária.

Não se olvide que o processo de execução penal constitui-se em decorrência da condenação criminal, sendo a ela vinculada, impondo-se como instrumento de garantia da ordem jurídica e da eficácia imperativa das normas penais.

Nesse contexto, evidencia-se o impedimento de membro do Poder Legislativo Federal exercer a advocacia em favor do executado, condenado por crime contra a Administração Pública Federal e lavagem de dinheiro, inclusive com o dever de ressarcimento de danos causados em detrimento de sociedade de economia mista, a qual também participou do processo na qualidade de assistente de acusação, nos exatos termos do dispositivo legal acima transcrito.

Gleisi Helena Hoffmann exerce mandato de Senadora. Portanto, insere-se na limitação acima referida (art. 30, II, Lei n. 8.906/94), encontrando-se impedida de atuar na qualidade de advogada do executado.

Registre-se que a certidão emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, juntada no evento 293 (OUT2), datada de 02/08/2018, possui caráter meramente formal. Não tem o condão de afastar o controle jurisdicional da regularidade da atividade profissional (STJ, EAREsp 519.194/AM, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 23/06/2017; STJ, AREsp 1170560/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 19/12/2017; STJ, AgInt no REsp 1420422/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017; TRF4 5002985-46.2017.4.04.7101, QUARTA TURMA, Relator CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 15/03/2018; TRF4, AC 5000081-02.2017.4.04.7118, TERCEIRA TURMA, Relatora VÂNIA HACK DE ALMEIDA, juntado aos autos em 31/01/2018).

Ainda, não se ignora a decisão liminar proferida no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos autos do Mandado de Segurança nº 5018366-23.2018.4.04.0000, impetrado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná em face de decisão proferida por este Juízo atinente ao parlamentar Wadih Nemer Damous Filho. Contudo, cuida-se de decisão ainda liminar, proferida em ação de caráter individual, restrita ao mencionado parlamentar e despida de alcance automático em relação a outras situações concretas.

Diante do exposto, conclui-se pelo **impedimento para o exercício da advocacia por parte da parlamentar Gleisi Helena Hoffmann**. A procuração juntada ao evento 292 (PROC2) não possui validade (art. 4º, parágrafo único, Lei nº 8.906/94). Por conseguinte, **também o substabelecimento juntado ao evento 294, de Gleisi Helena Hoffmann para Emidio Pereira de Souza está inquinado de vício**. Assim, resta **vedada a Gleisi Helena Hoffmann e a Emidio Pereira de Souza a prática de atos restritos a procuradores regularmente constituídos**.

A fim de não haver dúvidas, registre-se que esta decisão se restringe à impossibilidade de atuação de Gleisi Helena Hoffmann e Emidio Pereira de Souza na qualidade de procuradores do executado. Não há aqui vedação à visitação ao detento, desde que observado o regime próprio das visitas sociais.

1.5. A par do reconhecimento das invalidades acima referidas, ainda se vislumbra a juntada de outras sucessivas procurações e substabelecimentos.

Dispõe o artigo 687 do Código Civil: "*Tanto que for comunicada ao mandatário a nomeação de outro, para o mesmo negócio, considerar-se-á revogado o mandato anterior*".

Como se depreende, a nomeação de novos procuradores, sem ressalva acerca da manutenção dos poderes outorgados aos procuradores anteriormente constituídos, implica, *a priori*, revogação dos mandatos anteriores.

Esse dispositivo se aplica plenamente à representação processual. Portanto, constituídos nos autos novos procuradores, sem qualquer registro de reserva de poderes, restam tacitamente revogados os instrumentos de mandato inicialmente juntados.

Nesse sentido a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. APELO DEFENSIVO IMPROVIDO.

CONSTITUÍDO DEFENSOR PARA INTERPOR RECURSO ESPECIAL. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO PELO TRIBUNAL A QUO. INTIMAÇÃO DE OUTRO ADVOGADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. NULIDADE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A constituição de novo advogado, sem a reserva de poderes ao defensor anteriormente constituído, acarreta a revogação tácita do primeiro instrumento de mandato. Precedentes.

2. Não cumprida a obrigatoriedade de intimação do novo

patrono constituído pelo paciente - em órgão indicado para a publicação de atos judiciais -, acerca da decisão que inadmitiu o recurso especial, e ausente comprovação de sua intimação pessoal, configurado está o constrangimento ilegal.

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, nos termos do voto do relator.

(HC 228.163/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 02/03/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. CLÁUSULA PREVENDO MULTA EM CASO DE REVOGAÇÃO DO MANDATO. REVOGAÇÃO TÁCITA.

INEXISTÊNCIA. CONSTITUIÇÃO DE NOVO PROCURADOR NÃO RECONHECIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO. 1. Nos termos da **jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**, somente **se configura a revogação tácita do mandato com a constituição de novo procurador sem ressalvar o instrumento procuratório anterior.**

2. Afirmado o Tribunal de origem não ter havido revogação expressa do mandato judicial, nem a constituição de novo patrono nos autos, a modificação do julgado quanto ao ponto demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1313506/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.

INTERPOSIÇÃO SUCESSIVA DE DOIS AGRAVOS REGIMENTAIS. PRÉVIA REVOGAÇÃO TÁCITA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO SUBSCRITOR DA PRIMEIRA PETIÇÃO.

PRECLUSÃO CONSUMATIVA AFASTADA. ANÁLISE DO AGRAVO REGIMENTAL.

POSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS PÚBLICOS. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. ELEMENTOS CONFIGURADORES DO ATO ÍMPROBO. REVISÃO DAS PENALIDADES. SÚMULA 7/STJ. 1. **É firme o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "a juntada aos autos de um novo instrumento procuratório, sem qualquer ressalva aos poderes conferidos anteriormente a outros causídicos, importa a revogação tácita destes"**

(AgRg no AREsp 830.980/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 26/08/2016).

(...)

No caso, observa-se a sucessiva juntada de procurações aos autos, com poderes para o foro geral, sem qualquer ressalva quanto aos mandatos anteriores, os quais estariam, em tese, tacitamente revogados.

Ante esse contexto, a fim de preservar a organização processual, **deverá a defesa cadastrada esclarecer esse ponto, adotando, sendo o caso, as medidas pertinentes quanto à formalização dos instrumentos de mandato.** Prazo: 2 (dois) dias.

1.6. Em vista da narrativa do Ministério Público Federal exposta no evento 297, a fim de elucidar as questões de fato alegadas, **defiro os requerimentos ali formulados** quanto à solicitação de informações à Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná.

Solicite-se à Autoridade Policial que informe, no prazo de 5 (cinco) dias: (i) se possui conhecimento acerca de eventual entrevista concedida pelo executado ao jornal italiano "La Repubblica", nos termos narrados pelo Ministério Público Federal; (ii) se em algum momento houve a constatação de entrada no local de custódia de aparelho com funcionalidade de gravação de áudio; (iii) se as visitas passam por processo de revista antes de adentrar o local de custódia, em especial em relação a aparelhos de tal natureza ou similares; (iv) a relação de dia e hora das visitas de qualquer natureza e espécie realizadas ao preso Luiz Inácio Lula da Silva, desde a data do encarceramento; (v) a relação de todos os procuradores ali cadastrados relativos ao preso Luiz Inácio Lula da Silva, com indicação de data do cadastramento e encaminhamento de cópia das respectivas procurações, informando ainda se algum deles tem atuado como procurador perante aquele órgão para encaminhamento de eventuais requerimentos; (vi) se houve autorização de visitas de caráter religioso ao executado Luiz Inácio Lula da Silva e/ou a outros custodiados e em quais condições.

2. Conforme decisões de eventos 250 e 266, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal realizou diligência na custódia da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná em 17/07/2018. Solicite-se à Comissão o encaminhamento a este Juízo do respectivo relatório.

3. No evento 263 juntou-se *email* encaminhado pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal, acompanhado do relatório

atinente à diligência realizada em 17/04/2018 (evento 263 - ANEXO2).

O Ministério Público Federal se manifestou no evento 278. No tocante à violação ao art. 41, X, da Lei de Execução Penal, indicada no relatório, afirmou que a matéria referente a horário de visitas de parentes e amigos ao executado já foi objeto de diversas decisões do Juízo, estando de acordo o Ministério Público Federal. Registrou ainda que embora não tenha havido irresignação por parte da E. Comissão quanto aos demais presos, o horário de visitação é o mesmo fixado para todos os custodiados na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Concluiu não haver "providências cabíveis" a serem adotadas.

3.1. Efetivamente, como observou o Ministério Público Federal, **não há providências a serem adotadas** quanto à suposta violação ao artigo 41, X, da Lei de Execução Penal, restando a questão apreciada nas decisões de eventos 75, item 6, 91 e 250, item 1. Foi ainda objeto de análise pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Mandado de Segurança nº 5016982-25.2018.4.04.0000/PR.

4. No evento 302 a Comissão Externa da Câmara dos Deputados encaminhou relatório da visita realizada em 29/05/2018, conforme autorização do Supremo Tribunal Federal (eventos 210, 213 e 219).

Intime-se o Ministério Público Federal.

5. No evento 284 SUL 21 MÍDIA ELETRÔNICA S/A requer autorização para solicitar ao executado concessão de entrevista, em dia e horário a serem definidos, nos primeiros dias de agosto. Sustenta seu requerimento, sinteticamente, na necessidade de proceder com isonomia em relação a todos os pré-candidatos à Presidência da República, na liberdade de opinião e de expressão e na liberdade de imprensa.

No evento 288 EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A, responsável pela edição do jornal Folha de S. Paulo, e a jornalista MONICA BERGAMO requerem autorização para realização de entrevista jornalística com o executado. Informam que este está de acordo com a entrevista solicitada, juntando declaração correspondente subscrita pela defesa do detento (ANEXO4). Argumenta que o acesso da jornalista não colocaria em risco o sistema de segurança; que a prisão não retira da pessoa o direito de manifestação do pensamento; e que a Constituição Federal e o julgamento da ADPF 130 asseguram o acesso da jornalista à fonte da informação.

No evento 295 o jornalista FLORESTAN FERNANDES JUNIOR requer autorização para realização de entrevista presencial com o executado, no local onde se encontra. Aduz, em resumo, que há interesse do público e interesse público na concessão de entrevistas pelo detento; que a prisão após a condenação em segunda instância apenas suprime a liberdade de locomoção; que a concessão de entrevistas é elemento integrante do direito à ampla defesa; que não houve cassação de direitos políticos do executado; que o julgamento da ADPF 130 pelo Supremo Tribunal Federal contempla as liberdades de expressão, informação e imprensa; que já foram concedidas entrevistas por outros encarcerados; que o executado e sua defesa técnica já concordaram com a concessão de entrevistas, transcrevendo trecho da petição da defesa de evento 197. Requer a concessão de liminar para determinar que a autoridade policial ou carcerária franqueie ao requerente o acesso ao detento para que possa entrevistá-lo, com os equipamentos necessários e, ao final, a confirmação do deferimento liminar.

No evento 299 a jornalista ELEONORA ALLGAYER CANTO DE LUCENA requer autorização para realização de entrevista presencial com o executado, no local onde se encontra. Sendo representada pelos mesmos procuradores subscritores do pedido de evento 295 (Cezar Britto Advogados Associados), reitera os argumentos e os termos dos requerimentos ali expostos.

5.1. A partir de requerimentos de sabatinas/entrevistas formulados por veículos de imprensa, reiterados e reforçados pela defesa técnica do executado (eventos 197 e 228), este Juízo analisou exaustivamente a questão, nos termos da decisão de evento 250:

2.1. Inicialmente, reitere-se tratar-se de execução penal provisória decorrente de condenação criminal pelos delitos de corrupção passiva (art. 317, CP) e lavagem de dinheiro (art. 1º, Lei 9.613/1998), confirmada em segundo grau de jurisdição, após o devido processo legal. Apresentadas impugnações à execução provisória perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, restaram negadas. Portanto, cuida-se de regular cumprimento de pena em regime prisional fechado.

Reafirmada tal premissa, passa-se à análise dos requerimentos dos veículos de comunicação de acesso ao executado no local da prisão e realização de sabatinas e entrevistas, bem como da defesa de participação do executado em sabatinas e entrevistas.

Não obstante a ausência de manifestação das partes, os requerimentos de eventos 243 e 245 possuem objeto semelhante e natureza comum em relação aos demais, aplicando-se exatamente os mesmos fundamentos, a seguir

expostos. Desse modo e já sendo oportunizada tal manifestação em duas oportunidades, cabível a apreciação conjunta de todos.

2.2. A questão concernente à possibilidade de realização de sabatinas/entrevistas por veículos de comunicação deve ser analisada sob a ótica dos direitos do preso, da regularidade do cumprimento da pena e da estabilidade do estabelecimento prisional.

O artigo 5º, incisos XLIX e LXIII, da Constituição de 1988 prevê:

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

A Lei de Execução Penal assim dispõe nos artigos 41 e 50:

Art. 41. Constituem direitos do preso:

(...)

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

(...)

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

(...)

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

(...)

Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

(...)

VII - tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

Como se observa, não há previsão constitucional ou legal que embase direito do preso à concessão de entrevistas ou similares.

Nos termos previstos no artigo 41, XV, da Lei de Execução Penal, o contato do preso com o mundo exterior se dá "por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes".

A regra legal não contempla ampliação do direito, mas tão somente possibilidade de restrição, consoante expressamente disposto no parágrafo único do artigo 41.

Não há nessa disciplina legal inconstitucionalidade sob a ótica do direito à liberdade de expressão, invocado pela defesa. A limitação se justifica.

O preso se submete a regime jurídico próprio, não sendo possível, por motivos inerentes ao encarceramento, assegurar-lhe direitos na amplitude daqueles exercidos pelo cidadão em pleno gozo de sua liberdade.

Conforme já exposto em decisão anterior proferida por este Juízo (evento 75), a prisão do apenado implica diretamente a privação do seu direito à liberdade de locomoção. Contudo, limitam-se, também, os direitos cujo exercício tenha por pressuposto essa liberdade de ir e vir (limitações implícitas, inerentes à pena de prisão). E, ademais, há restrições justificadas pela própria execução da pena, em especial ante as peculiaridades ínsitas ao ambiente carcerário (limitações implícitas, inerentes à execução da pena). É nesse quadro que se inserem os limites à liberdade de expressão.

*O contato do preso com o mundo exterior não é total e absoluto, como não é seu direito à liberdade de manifestação, seja quanto aos meios de expressão, seja quanto ao seu conteúdo. Cite-se, exemplificativamente, a vedação legal expressa à utilização de meios eletrônicos de comunicação (art. 50, VII, LEP). Aliás, o Superior Tribunal de Justiça, em reiteradas decisões, assim consignou: "Apesar de a **Lei de Execuções Penais de 1984**, na redação anterior à Lei 11.466/2007, não tipificar expressamente como falta grave o uso de aparelho celular dentro dos presídios, **definiu a correspondência escrita como a única forma de comunicação do apenado com o mundo externo, assim proibindo o uso das demais formas de comunicação, entre as quais a telefônica sem autorização**" (HC 117.170/SP).*

Há, pois, limitações proporcionais dos direitos dos detentos, decorrentes da noção sistêmica do ordenamento jurídico.

As necessidades de preservação da segurança e da estabilidade do ambiente carcerário não permitem que o contato com o mundo exterior e o direito de expressão do condenado se concretizem pelas vias pretendidas, mediante realização de sabatinas/entrevistas, sequer contempladas na legislação. Ademais, obviamente autorização de tal natureza alteraria a rotina do local de cumprimento da pena, exigindo a alocação de agentes e recursos para preservação da segurança e fiscalização da regularidade da execução.

Considere-se também o interesse público concernente à exigência de regular cumprimento da pena, como manifestação da eficácia imperativa das normas componentes da ordem jurídica. A ampliação desarrazoada dos direitos do executado fragilizaria a concretização das finalidades da pena de retribuição e prevenção geral e especial. A imposição da pena, a par da retribuição pelos ilícitos reconhecidos, visa a desencorajar o indivíduo e o corpo social a repetirem condutas proibidas, porquanto cientes de que a violação das normas penais incriminadoras implicará certamente a imposição da sanção. A fim de preservar tais finalidades a pena deve ser executada em seus estritos termos.

No caso, o direito do preso de contato com o mundo exterior e sua liberdade de expressão estão sendo devidamente assegurados, mediante correspondência escrita e visitação, nos termos legais.

No tocante à preservação do princípio da igualdade (art. 5º, caput, CR88), invocado pela defesa, evidencia-se do quadro fático objeto dos autos que o paradigma de isonomia a ser adotado não é o cidadão em liberdade. Deve-se considerar, sim, os demais cidadãos em situação de cumprimento de pena em regime fechado. Nesse contexto se enquadra o custodiado. Aos demais apenados aplica-se o regime previsto na Lei de Execuções Penais, acima descrito. E não há fundamento ensejador de discrimen em relação aos direitos ora analisados que justifique sua ampliação para o executado.

A situação fica bastante clara ao se notar, por exemplo, a evidente inviabilidade, por questões de segurança pública e de administração penitenciária, de universalização aos demais detentos da possibilidade de comunicação com o mundo exterior mediante acesso de veículos de comunicação para reiteradas sabatinas ou entrevistas. Alie-se a isso a ausência de qualquer peculiaridade na custódia do executado que autorize tratamento diverso quanto a essa questão.

Em situação semelhante, recentemente, confirmando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça assim decidiu:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO CALICUTE. PLEITO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTAS À MÍDIA. AUSÊNCIA DE LESÃO OU AMEAÇA AO DIREITO DE LOCOMOÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O remédio constitucional de habeas corpus não é o meio adequado para análise do pleito do ora agravante, pois não há ameaça à sua liberdade de locomoção e está preso cautelarmente por decisão outra, que não é objeto de impugnação nestes autos.

2. A LEP normatizou as hipóteses de comunicação do preso, dentre as quais não consta o direito de se entrevistar com jornalistas.

3. As razões trazidas no agravo regimental não impugnam a fundamentação contida na decisão agravada, no sentido de que o preso, ainda que provisório, fica sujeito às regras do sistema de restrição de liberdade, não estando, portanto, no pleno gozo dos direitos assegurados a todo cidadão livre e que não há como, nos autos de habeas corpus, fazer ampla incursão na motivação de ordem fática do indeferimento, sendo certo que as restrições impostas aos presos em geral, tem como finalidade, inclusive, a manutenção da segurança. Incidência quanto ao ponto do mesmo entendimento consolidado na Súmula 182/STJ.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 90.893/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 09/04/2018 - g.n.)

Não se trata de obstar a liberdade de imprensa. Cuida-se sim, como já observado, de questão afeta à segurança pública e do estabelecimento de custódia e à disciplina no cumprimento da pena. De qualquer modo, é pacífico o entendimento de que o sistema constitucional brasileiro não contempla direitos ou garantias revestidos de caráter absoluto.

Por fim, no atinente à realização de entrevistas e similares especificamente na qualidade de "pré-candidato", pontue-se cuidar-se tão somente de condição autodeclarada pelo executado, porém sem constituir ato juridicamente formalizado. Portanto, evidentemente não possui o condão de mitigar as regras de cumprimento da pena.

Ainda, diante dos argumentos expostos pelos requerentes, no âmbito de exame por este Juízo, vale ponderar o previsto no § 9º do art. 14 da Constituição de 1988:

Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Nessa linha, o artigo 1º, I, "e", itens 1 e 6 da Lei Complementar nº 64/1990, na redação dada pela Lei Complementar nº 135/2010, dispôs expressamente que são inelegíveis para qualquer cargo os que forem condenados em decisão proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra a administração pública e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

A constitucionalidade dessa norma foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento conjunto das ADCs 29 e 30 e da ADI 4.578 (rel. Min. Luiz Fux, j. 16-02-2012, DJE 29-06-2012).

Como já afirmado, o executado cumpre pena decorrente de condenação pelos delitos de corrupção ativa e lavagem de dinheiro, confirmada pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Portanto, o caso em tela se subsume plenamente à hipótese legal, tratando-se de situação de inelegibilidade.

As hipóteses previstas no artigo 36-A da Lei nº 9.504/97, por sua vez, são instrumentais à exposição de plataformas e projetos políticos e à prática de atos intrapartidários.

Embora se declare ser o executado pré-candidato ao cargo de Presidente da República, segundo o estabelecido no artigo 1º, I, "e", itens 1 e 6 da Lei Complementar nº 64/1990, na redação dada pela Lei Complementar nº 135/2010, sua situação se identifica com o status de inelegível.

Em tal contexto, não se pode extrair utilidade da realização de sabatinas ou entrevistas com fins eleitorais.

Nesse quadro, sob a ótica da execução penal, sequer se mostra juridicamente razoável a autorização pretendida, em exceção às regras de cumprimento da pena e com necessário incremento de recursos logísticos e de segurança. Prevalece o interesse público inerente à estrita observância do regime próprio da sanção penal.

Registre-se que nessa decisão se examinou inclusive requerimento de sabatina formulado pela Empresa Folha da Manhã S.A., que não apresentou impugnação pela via recursal.

Como se depreende da decisão acima transcrita, a matéria concernente à concessão de entrevistas pelo preso já se encontra exaurida nesta instância.

Requerimentos supervenientes formulados por terceiros sequer merecem ser conhecidos.

Em primeiro lugar, como já dito, trata-se de repetição de matéria já apreciada pelo Juízo, sem acréscimo de fatos capazes de alterar os fundamentos considerados. Diante da interposição de recursos pela defesa e por parte dos requerentes, a questão se encontra agora sob análise do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Em segundo lugar, falta aos terceiros requerentes legitimidade para reiterar pedido já formulado pela defesa e indeferido pelo Juízo. Com efeito, a decisão de evento 250 apreciou e indeferiu o pedido da defesa de evento 197, reiterado no evento 228, no sentido de deferimento de realização de entrevistas pelo executado, relacionadas ou não à candidatura à Presidência da República. Nos termos da Lei de Execução Penal, cabe ao próprio executado, por meio de sua defesa constituída ou, na sua falta, à Defensoria

Pública da União, pleitear benefícios ao preso (art. 81-A e ss.), inclusive a extensão das formas de comunicação com o mundo exterior.

Diante do exposto, não conheço dos requerimentos de eventos 284, 288, 295 e 299.

6. No evento 287 anexou-se Ofício expedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhando cópia do Requerimento nº 11.206/2018, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que se solicita reconsideração da autorização de utilização de esteira ergométrica e de entrada de aparelho tipo *ipod* no local de custódia.

A requerente não detém legitimidade ou representação processual para figurar nestes autos, tampouco competência para atuação em relação ao estabelecimento de custódia em que se encontra recolhido o executado. Além disso, a via utilizada não se afigura processualmente adequada. Caberia ao Ministério Público Federal, caso entendesse necessário, proceder à impugnação pela via recursal, o que não ocorreu.

Desse modo, não conheço do requerimento de evento 287.

7. No evento 296 foram juntados os cálculos atualizados dos valores devidos a título de custas (R\$ 99,32), multa (valor total de R\$ 1.299.613,46) e reparação do dano (R\$ 29.896.000,00), encaminhados pelo Juízo da condenação.

Providencie-se a abertura de conta de depósito judicial para o recolhimento dos valores devidos.

Na sequência, intime-se o executado para que efetue o pagamento da **multa, da reparação dos danos e das custas processuais** ou formule, justificadamente, proposta de parcelamento no prazo de 15 (quinze) dias.

Rememoro que referidos valores serão depositados em conta judicial vinculada a este Juízo e após o trânsito em julgado serão devidamente destinados.

Inclua-se a advertência de que: **(i)** o inadimplemento resultará, após o trânsito em julgado, na expedição de certidão à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição dos débitos referentes às custas processuais e multa em dívida ativa da União, nos termos do artigo 51 do Código Penal (com redação dada pelo artigo 16 da Lei nº 9.289/96), bem como no encaminhamento do valor devido a título de reparação do dano para execução cível; **(ii)** a

progressão de regime, nos termos do artigo 33, §4º, do CP, está condicionada à reparação dos danos causados; **(iii)** nos termos do entendimento atual do Supremo Tribunal Federal (EP 12-AgR), o inadimplemento injustificado da pena de multa igualmente impede a progressão de regime prisional.

8. No evento 301 a Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná encaminha requerimento apresentado pelo executado, redigido de próprio punho, em que dirige à Autoridade Policial manifestação formal de vontade de votar nas próximas eleições. Requer ainda a adoção das providências necessárias para exercer seu direito de voto.

Esclarece a Autoridade Policial que em resposta ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (Ofício 886/2018-PRESID), foi expedido o Ofício 11/2018-DREX/SR/PF/PR relatando quais seriam os presos da SR/PF/PR interessados em votar nas eleições de outubro de 2018.

Comunica ainda que o requerimento em questão foi direcionado ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme Ofício 17/2018-SR/PF/PR. Destaca não haver a mínima probabilidade de se efetuar a locomoção do custodiado até uma Seção Eleitoral fora das dependências da PF.

Foram juntados: *(i)* o Ofício nº 886/2018-PRESID, encaminhado pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná à Superintendência da Polícia Federal, em que solicita a verificação de viabilidade de instalação de seção especial eleitoral no local, informando que o efetivo funcionamento da seção demanda o mínimo de 20 (vinte) eleitores; *(ii)* o Ofício nº 11/2018-DREX/SR/PF/PR, encaminhado pela Superintendência da Polícia Federal à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em que informa que, dentre os presos de caráter não provisório, apenas o custodiado Luiz Inácio Lula da Silva manifestou intenção de votar; *(iii)* o Ofício nº 17/2018-SR/PF/PR, encaminhado pela Superintendência da Polícia Federal à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em complemento ao Ofício nº 11/2018, em que encaminha o requerimento apresentado pelo apenado Luiz Inácio Lula da Silva.

Ciente este Juízo. Trata-se de questão afeta à Justiça Eleitoral, para a qual já houve o devido encaminhamento (evento 301, OFIC1, p. 3/4).

9. Comunique-se esta decisão à Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná. Cópia servirá como Ofício. Anexe-se a manifestação do Ministério Público

Federal de evento 297.

10. Juntadas aos autos as informações solicitadas à Autoridade Policial e após a manifestação da defesa referida no item 1.5, dê-se vista sucessiva às partes pelo prazo de 5 (cinco) dias e voltem conclusos.

11. Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **CAROLINA MOURA LEBBOS, Juíza Federal Substituta**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700005279847v119** e do código CRC **c4b021b4**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CAROLINA MOURA LEBBOS
Data e Hora: 30/8/2018, às 18:27:8

5014411-33.2018.4.04.7000

700005279847 .V119